



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

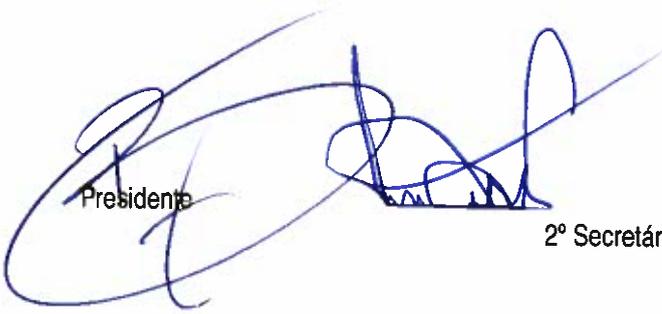
No décimo quinto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Zeca Pirão. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Igor Andrade agradeceu o empenho do governo estadual, da Prefeitura Municipal de Belém - PMB, dos técnicos e funcionários da Secretaria de Estado de Saúde – Sespa e da Secretaria Municipal de Saúde – Sesma para distribuição e aplicação das vacinas contra a Covid-19. Havia um grande avanço da vacinação em nossa capital, comemorou, e na semana seguinte previa-se vacinar a população até a idade de quarenta anos. Pediu às pessoas que não se esquecessem de tomar a segunda dose da vacina, o que estava ocorrendo com alguma frequência. Criticou o presidente Jair Bolsonaro por recentemente ter aconselhado quem já teve Covid-19 a não mais usar máscara. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Fernando Carneiro e Mauro Freitas. Findo este pronunciamento, o vereador Bieco assumiu a presidência da Mesa. Subiu então à tribuna o vereador Zeca Pirão e mencionou áreas da cidade onde foram construídos supermercados, lugares em que originalmente havia cobertura vegetal e até uma fonte de água mineral. Tais empreendimentos geravam hoje milhares de empregos e não houve na época protesto contra a destruição do meio ambiente, apontou. Atualmente, advertiu, muita gente passava fome no país em uma crise piorada pela pandemia porque não havia empregos disponíveis e muitos morreriam por doenças ou até por falta de alimentação. Defendeu a superação das velhas concepções, pois neste momento difícil era necessário pensar nas pessoas. Os membros deste parlamento e suas famílias viviam confortavelmente, tinham alimento à disposição e carro particular, mas a classe baixa não sabia se conseguiria se alimentar hoje ou sequer tomar um café, comparou. Argumentava-se que a derrubada do veto ao projeto permitindo a ocupação imobiliária da orla de Belém prejudicaria o meio ambiente, pontuou. Opinou que o veto deveria ser derrubado mesmo se isso fosse verdadeiro porque a defesa do meio ambiente não é mais importante que saciar a fome das pessoas. Garantiu que, em cinco anos, mais de 60 mil empregos seriam criados em nossa capital com a derrubada do veto. Disse que conversaria a respeito com o governador Hélder Barbalho porque não se conformava em ver a população triste por falta de oportunidades de trabalho, por não ter perspectiva de melhora. As edificações históricas seriam preservadas, mas, onde houvesse condição, deveriam ser construídos prédios, lojas e outros empreendimentos para gerar novas oportunidades de crescimento econômico, declarou. Em aparte, manifestou-se o vereador Miguel Rodrigues. Findo este pronunciamento, o vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem solicitando à Mesa que permitisse a entrada nesta sessão de duas pessoas trazendo um parecer sobre o tema da ocupação imobiliária da orla de Belém, elaborado por uma comissão de estudiosos. O presidente Bieco acedeu ao pedido, autorizando a entrada dos representantes da comissão. Assumiu posteriormente a palavra o vereador Amaury da APPD e solicitou a realização de um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao professor Dario Azevedo, falecido no dia anterior, vítima da Covid-19. Declarou que sua presença como membro deste parlamento decorreu de uma discussão iniciada por Dario Azevedo, que vira nele e em Regina Barata a possibilidade de conseguir uma representação, na CMB e na Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa, não apenas da pessoa com deficiência, mas da luta pela cidadania do povo do estado do Pará e do município de Belém. Falou depois sobre a lei, de sua autoria, estabelecendo assistência técnica pública e gratuita para reforma, ampliação e regularização fundiária de imóveis para famílias de baixa renda. A PMB disponibilizaria o serviço de elaboração da planta e dos projetos básicos para a construção e reforma das casas, de forma regular. Relatou ter entregado o texto da lei para Edmilson Rodrigues ainda na época da campanha eleitoral, pedindo que ela fosse efetivada. Agora, seis meses após o início da nova gestão municipal, estava conversando com os secretários e com o prefeito para colocar em prática tudo que fora

anteriormente discutido. Avaliou ser a oportunidade de organizar as moradias, evitando a ocupação de espaços não apropriados, de áreas de risco. Findo este pronunciamento, o presidente Bieco suspendeu a sessão para que a plenária recebesse o líder da Igreja Assembleia de Deus, pastor Samuel Câmara. O presidente informou que a denominação religiosa completaria 110 anos de existência na quinta-feira seguinte, quando seria realizada uma sessão especial comemorativa neste salão plenário. Manifestou-se depois o presidente da CMB, vereador Zeca Pirão, e concedeu a palavra ao pastor Samuel Câmara. Este relembrou que nesta cidade, em 18 de junho de 1911, na Rua Siqueira Mendes surgia a Igreja Assembleia de Deus, um movimento religioso que alcançou grande dimensão. Assim, em qualquer do Brasil e do mundo onde se encontrasse uma Assembleia de Deus havia a oração, o esforço, a oferta e o suor de belenenses, de paraenses e isso fazia com que a Igreja Assembleia de Deus fosse um verdadeiro patrimônio de nossa cidade, proclamou. Nesta semana de celebração, notificou, na sexta-feira estariam no Centenário Centro de Convenções, às 19 horas, em um grande momento, mas com todos os cuidados sanitários. No sábado de manhã, continuou, seria inaugurada a nova sede do Museu Nacional da Assembleia de Deus. Não poderiam passar sem vir a este Poder, visitando os gabinetes e participando da sessão especial comemorativa que aqui ocorreria, enunciou. Assinalou que cerca de doze por cento dos belenenses frequentavam os templos da Assembleia de Deus, sendo muito raro haver família sem um membro que participe ou tenha participado da igreja. Convidou os membros deste parlamento a tomar parte nas comemorações desta semana, lembrando que aqui sempre foram muito bem recebidos e queriam recebê-los com fidalguia. Expressou gratidão por seus pleitos nesta Casa serem sempre atendidos, informando que o tema das celebrações será Assembleia de Deus - 110 anos guiados pela Bíblia e pelo Espírito Santo. O presidente da CMB, Zeca Pirão, declarou depois sentir-se honrado por receber o pastor Samuel Câmara neste parlamento. Reconheceu a importância da Igreja Assembleia de Deus e de outras igrejas pelo trabalho e carinho dedicados à população, auxiliando as pessoas carentes. Anunciou depois a realização da sessão especial comemorativa aos 110 anos da Assembleia de Deus neste salão plenário, na sexta-feira seguinte, às nove horas. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PT, Bia Caminha disse ter estudado as razões para o veto do ex-prefeito Zenaldo Coutinho ao projeto de lei que permite a ocupação imobiliária da orla de Belém. Trouxera então vários pareceres técnicos de órgãos importantes, que deveriam ser respeitados. Entre eles destacou uma carta, assinada por mais de 165 técnicos das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia civil e subscrita por várias entidades, mostrando o que significava o veto ao projeto e repudiando o retorno dessa votação à pauta desta Casa. O Ministério Público Estadual do Pará – MPPA foi então acionado e o promotor de justiça Raimundo Moraes entregou, em 24 de maio passado, uma recomendação ao presidente desta Casa, vereador Zeca Pirão, explicitando os motivos para o veto ser considerado e apontando a ilegalidade do projeto. Explicou que, segundo o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10257, de 10 de julho de 2001) toda alteração do Plano Diretor do município deve obrigatoriamente ser feita com consulta pública, havendo a realização de audiências públicas e participação popular. No caso do projeto em questão, retomou, não houve discussão com a sociedade, não foram realizadas audiências públicas, não houve participação popular. Houve também manifestação contrária do Ministério Público Federal - MPF à derrubada do veto e uma manifestação técnica contrária da Fundação Cultural do Município de Belém – Fumbel, complementou. Afóra qualquer parecer técnico, ajuizou, o que estava em jogo em relação à manutenção ou derrubada do veto era um projeto de cidade, se seria ou não uma cidade para todos. Esclareceu não ser contrária à criação de empregos, renda e à construção de moradias populares, avaliando que nenhum vereador deste parlamento o seria, mas salientou que derrubar o veto seria entregar a cidade à especulação imobiliária e esta somente é boa para os mais ricos. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania, Mauro Freitas expressou estar orgulhoso por ter apresentado um projeto de lei, aprovado nesta Casa e sancionado em dezembro do ano anterior, obrigando a direção de condomínios verticais e horizontais, bares e casas de *show* a denunciar imediatamente qualquer indício de violência contra mulheres, idosos, jovens e crianças. A Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa fazia atualmente projeto similar, inteirou, como já ocorrera em relação ao projeto que retirava sacos plásticos a base de petróleo dos supermercados. Considerou ser esta Casa um exemplo para a Alepa e para outras casas de lei. Fez menção depois à suspensão da discussão e votação do veto ao projeto de lei permitindo a ocupação imobiliária da orla da cidade, que voltaria à pauta em um momento posterior. Posicionou-se favoravelmente à derrubada do veto, opinando que Belém tinha mais de quatrocentos anos de atraso, sendo imperativo superá-lo, desenvolvendo a cidade. Exortou seus pares a derrubá-lo, permitindo a efetivação de empreendimentos na orla, fazendo com que a cidade não voltasse mais as costas ao rio. Ressaltou que seriam respeitadas as áreas de preservação ambiental e os prédios históricos. Pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante reconheceu não ter formação técnica no assunto, mas entendia que a cidade devia progredir. Propôs, para tanto, um planejamento para realizar a ocupação ordenada da orla, respeitando o meio ambiente, mas favorecendo os empreendimentos de modo a gerar emprego e renda. Defendeu a harmonização dos interesses em prol da cidade e de sua

população, estabelecendo-se limitações às construções na orla, mas permitindo que elas fossem feitas. Sugeriu que fosse realizado neste parlamento um debate em alto nível sobre a questão, trazendo-se pessoas contrárias e favoráveis à derrubada do veto. Advogou, porém, ser necessário urbanizar a orla de Belém, tornando-a um polo de negócios e empreendimentos, pois se via atualmente uma região abandonada, frequentada por pouquíssimas pessoas devido à falta de segurança. Em aparte, manifestou-se o vereador Emerson Sampaio. Pela liderança do PSB, Fábio Souza observou que na orla de Belém atualmente havia pobreza, violência e desemprego e a cidade seguia na contramão das capitais mundiais e das grandes cidades que deram certo em nosso país e no mundo. Disse duvidar da existência de uma grande capital do mundo que não tivesse sua orla ocupada. Belém estava atrasada neste quesito pelo menos 150 anos em relação às demais capitais do país, afirmou, exemplificando que Fortaleza tinha toda a sua orla ocupada. Devia ser criada uma fachada ativa, atestou, construindo-se prédios antevendo a atividade comercial e a ocupação das calçadas para que o ladrão, a escuridão e a venda e consumo de drogas ilegais não tivessem vez. Findo este pronunciamento, o vereador Moa Moraes assumiu a presidência da Mesa. Pela liderança do bloco PP – Podemos – Pros, Miguel Rodrigues relatou atender entre dez e quinze pessoas em sua casa todos os dias e geralmente nove dentre estas o procuravam buscando emprego. O desemprego estava tão alto que infelizmente as pessoas chegavam até a furtar para não morrer de fome, lamentou. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Roni Gás, Lulu das Comunidades e Fabrício Gama. Findo o Horário de Liderança, o presidente Bieco encerrou a sessão às dez horas e dez minutos para que os vereadores pudessem se reunir com uma comissão na sala VIP. Justificaram suas ausências os vereadores Goleiro Vinícius e Blenda Quaresma. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Mauro Freitas, Moa Moraes, Josias Higino e Pastora Saete, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania; Emerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Renan Normando, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Juá Belém e Augusto Santos, pelo Republicanos; Neném Albuquerque, Zeca Pirão e John Wayne, pelo MDB; Enfermeira Nazaré Lima, Fernando Carneiro e Livia Duarte, pelo PSOL; Bieco e Pablo Farah, pelo PL; Fábio Souza e Gleisson Silva, pelo PSB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 15 de junho de 2021.



1ª Secretária



Presidente

2º Secretário